

## **LEI N.º 2.467, DE 28 DE ABRIL DE 2009.**

**“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PARA O PAGAMENTO DE DÉBITOS DE IPTU, ISSQN E ALVARÁ EM ATRASO, ESTABELECE NORMAS PARA SUA ARRECADAÇÃO EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**ANTONIO ALVES DA SILVA**, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Os créditos inscritos em dívida ativa relativos ao IPTU, constituídos até 31 de dezembro de 2008 (ano anterior) e que se encontram em fase de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos de acordo com os seguintes critérios e benefícios:

**I** - se pagos até 30 de setembro de 2009 em uma única parcela com desconto de 100% (cem por cento) nos juros e na correção monetária devidos.

**II** – se pagos até 30 de setembro de 2009 da forma parcelada em até 06 parcelas com desconto de 70% (setenta por cento) nos juros e na correção monetária devidos.

**Parágrafo único** – Os créditos inscritos em dívida ativa relativos ao ISSQN e Alvará constituídos até 31 de dezembro de 2008 (ano anterior) e que se encontram em face de cobrança administrativa ou judicial, poderão ser pagos de acordo com os seguintes critérios e benefícios:

**I** – se pagos até 30 de setembro de 2009 em uma única parcela com desconto de 100% (cem por cento) nos juros e na correção monetária devidos.

**Artigo 2º** - Para fins de pagamento dos débitos fiscais na forma do artigo primeiro desta lei, fica o Poder Executivo, por intermédio do Departamento de Administração e Finanças, autorizado a emitir boletos de arrecadação bancária em nome dos contribuintes em débito com o competente número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do Ministério da Fazenda.

**Artigo 3º** - O benefício fiscal previsto no inciso I do artigo primeiro independe da formalização de requerimento por parte do contribuinte, considerando-se automaticamente concedido a partir da data de publicação desta lei.

**Parágrafo único** - A cobrança do débito fiscal assim reduzido se dará por iniciativa do Poder Executivo, na forma do artigo segundo desta lei, onde o contribuinte será notificado para efetuar o pagamento à vista ou parcelado.

## **LEI N.º 2.467, DE 28 DE ABRIL DE 2009.**

**Artigo 4º** - Os débitos fiscais não pagos na data dos respectivos vencimentos, serão acrescidos de juros de mora, multa e correção monetária na forma da lei vigente.

**Artigo 5º** - O atraso superior a 30 (trinta) dias no pagamento do boleto de arrecadação bancária, emitido na forma do artigo segundo determinará o imediato protesto extrajudicial do débito fiscal.

**Parágrafo único** - Decorridos 15 (quinze) dias do protesto, perdurando o inadimplemento, o contribuinte perderá os benefícios concedidos por esta lei, hipótese em que se exigirá o recolhimento imediato do saldo remanescente, de uma só vez, acrescido dos valores que haviam sido dispensados e devidamente atualizados e com a aplicação dos acréscimos moratórios previstos na legislação.

**Artigo 6º** - A fruição dos benefícios contemplados por esta lei não confere direito a restituição ou compensação de importância já paga, a qualquer título.

**Artigo 7º** - Para a realização da cobrança bancária e do encaminhamento do débito fiscal para protesto extrajudicial, fica o Poder Executivo autorizado a contratar os serviços bancários com agência em Parapuã.

**Artigo 8º** - O Poder Executivo deverá baixar os atos regulamentares que se fizerem necessários a implementação desta lei.

**Artigo 9º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parapuã, aos 28 de abril de 2009.

**ANTONIO ALVES DA SILVA**

Prefeito Municipal de Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

**CLAYTON FERREIRA DA SILVA**

Secretário designado